

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS  
Ata da 56.<sup>a</sup> Reunião Ordinária – 09/04/2014 - 09 às 17 h

## Foz do Brasil – Limeira SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AESABESP	Antonio A. Zampronio (T)
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima (T)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
CIESP DR S.B.O.	Jerry Willians de Moraes (T)
CODEN	Caroline Pavan Leite de Lima (T)
Coop. Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAE Jundiáí	Claudia Debroi de Campos (S)
DAE Jundiáí	Maria Carolina H. Dutra e Simões (S)
DAE S.B.O.	Monica Tortelli (T)
DAEE	Walter Antonio Becari (T)
DAEE Rio Claro	Willy Werner Grasmann Bobbo (T)
ELO Ambiental	Claudia Grabher (T)
Foz do Brasil	Cleonildo Aparecido de Souza (T)
Foz do Brasil	Flávia de Souza Rocha (S)
Geobluebr	Pamela Burger (S)
GRUDE	Edenilson Carlos Stoque (T)
GRUDE	Evandro Rogério Santos (S)
IAC	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
IZ / APTA	João José A. de A. Demarchi (T)
Jaguatibaia	José Carlos Perdigão (T)
LINKBrasil	João Alberto Silvestrin César (T)
PM Cordeirópolis	Marina Pinheiro Hespagnol Zanetti (T)
PM Itatiba	Mônica del Nero (T)
PM Jaguariúna	Rafaela Giusti Rossi (S)
PM Joanópolis	Mbatuya Medina (T)
PM Joanópolis	Adilson José da Silva (S)
PM Limeira	Michele Stradiotto (S)
PM Mairiporã	Antonio Carlos Nery Pinho (T)
PM Paulínia	Jeanette Inamine Miachir (T)
PM SMA Sumaré	Alan Lourenção (T)
PM SMA Sumaré	Habib Jorge Goraieb (S)
PM Várzea Paulista	Ângelo Marcio Nespoli da Silva (S)
ROTARY D4590	Luis Antônio Carvalho Silva Brasi (T)
SAAE Amb. Salto	Silvia Telles (S)
SABESP	Adilson Octaviano (T)
SANASA	Amanda Alves de Lima (S)
SANASA	Natalia Colesanti (S)
SMA/CBRN	Natalia Gomes Fernandes Branco (T)
SMA/CBRN	Carolina Bernucci Virillo (S)
Suprema	Geraldo Guilherme José Eysink (S)
Terceira Via	Nelson Barbosa (S)

Árborea Ambiental	Paulo Sérgio Garcia de Oliveira
Agência PCJ	Leonardo Baumgratz
Agência PCJ	Maria Eugênia Martins
Agência PCJ	Sérgio Razira
Associação Amigos da Serra dos Cocais	Vera Lucia S. da Silveira
Associação Amigos da Serra dos Cocais	David Ribeiro Chaves
Associação Amigos da Serra dos Cocais	Lilian G. Chaves
CATI - EDR Piracicaba	Dênis Herisson da Silva
CT-Rural	João Beraldi
DAEE Piracicaba	Sebastião Valter Bosquilia
DAE Jundiáí	José Antônio Ferreira
Eco e Vida (ONG)	João Gonçalves
ELO Ambiental	Maria Angélica Szymanki de Toledo
ELO Ambiental	Mário da Silva Pires
ELO Ambiental	Maria Luiza Vinki
EMBRAPA Meio Ambiente	Maria Lucia Zuccari
GAEMA Campinas	Rodrigo Sanches Garcia (T)
GAEMA Piracicaba	Ivan Carneiro Castanheiro (T)
ICMBio	Márcia Rodrigues
ONG Viva Pires	Adriana Fonseca
OAB Valinhos	Elza Cláudia dos Santos Torres
PM Campinas SMA	Adriana Moura Silva
PM Campinas SMA	Carlos Eduardo de S. Martins
PM Campinas SMA	Paulo Ricardo E. Carvalho Neto
PM Extrema	Pauylo Henrique Pereira
PM Limeira	Ariane Fernanda dos Santos
PM Várzea Paulista	João José de Lima
PM Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel
UNICAMP / FEC	André Argollo
UNICAMP / FEC	Luci Merthy Martins Braga

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

- 1. Abertura da 56ª Reunião Ordinária:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Rinaldo de Oliveira Calheiros, Coordenador da CT-RN as 9:30 h dando boas-vindas e agradecendo a presença de todos em seu nome e da coordenadora adjunta Cláudia Grabher e do secretário João Demarchi. Os anfitriões, Rogério Tadeu, Diógenes Lyra e Cleonildo de Souza deram as boas-vindas comunicando a mudança de nome da empresa que agora

Convidados	
Entidade	Representante

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS  
Ata da 56.<sup>a</sup> Reunião Ordinária – 09/04/2014 - 09 às 17 h

## **Foz do Brasil – Limeira SP**

identifica-se corporativamente como ODEBRECHT Ambiental e não mais Foz de Limeira, enfatizando em suas palavras a importância dos recursos hídricos e de ações preservacionistas. Em seguida o secretário fez a leitura da ATA anterior para aprovação. Duas correções sugeridas foram imediatamente acatadas. Em sequência fez a leitura dos documentos recebidos referentes as atualizações dos membros da câmara técnica. A Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Joanópolis indicou Mbatuya Medina (T), Adilson José da Silva (S), Sidney Franklin Araújo dos Santos (S) e Bruno Sanches Zappa (S) como seus representantes. A GEOBLUE Brasil Soluções Ambientais LTDA-EPP indicou como seus representantes Érika Grigoletto Bonamim (T) e Pamela Burger (S). A Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento S/A - SANASA Campinas solicitou a inclusão de novos membros, sendo representada por Gustavo Arthur Mechlin Prado (T), Natália Colesanti (S), Amanda Alves de Lima (S), Myriam N. Costa (S) e Marília A. P. Ensinas (S), que também representam a ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, alterando apenas como Titular dessa representação a Sra. Amanda Alves de Lima (T). O Sr. Nelson Barbosa foi indicado como membro suplente da empresa TERCEIRA VIA, somando-se a Soraya Voigtel (T) e Gianmarco Bisaglia (S). O Sr. João José de Lima, Secretário Municipal de de Planejamento e Meio Ambiente de Várzea Paulista foi registrado como membro convidado. Todas as indicações foram aprovadas pela assembleia. O coordenador agradeceu a presença de inúmeros convidados fazendo menção de vários que já estavam presentes até o presente momento da reunião.

- 2. Mesa de Abertura: Recuperação de áreas degradadas - plano de trabalho e critérios de seleção (metodologia):** Composta mesa de trabalho presidida pela coordenadora adjunta

Sra. Cláudia Grabher. Dr. Rodrigo solicitou como motivação e objetivo das reuniões a indicação de áreas para investimentos em recuperação cobrando sairmos da teoria para uma prática mais efetiva. Sugeriu a criação de uma metodologia para escolha das áreas prioritárias. A CT-Rural (Sr. João Primo Baraldi) entende que deva haver maior aproximação dos produtores rurais, que como "produtores de água" tem importância vital frente a escassez atual de água. A Odebrecht Ambiental também salienta o momento de escassez e da necessidade de ações preservacionistas e de redução de consumo. O Sr. Sérgio Razera (Agência PCJ) comentou sobre a revisão do Plano de Bacias (que foi aprovado em 2010 com dados de 2008) em 2014, entendendo que será necessário praticamente construir um novo. Precisamos de propostas claras (metas) para as áreas de recuperação e recomposição. Enfatizou que somos fortes na área de saneamento. Há aproximadamente R\$ 80 milhões disponíveis da cobrança federal referente aos anos de 2013-16. Parceria entre o GAEMA/PCJ para criar condições legais para que os recursos públicos sejam investidos em propriedades privadas que ainda não estão plenamente regularizadas. Plano Diretor de Florestas é fundamental. Dr. Rodrigo comentou que as prefeituras indicam para compensações ambientais áreas de forma aleatória, sem um projeto claro e definido. As apresentações propostas devem tentar achar um modelo/mecanismo próprio de indicação de projetos específicos. Revegetação de áreas para "produção de água". Dr. Ivan Castanheiro afirmou que a produção de água é fundamental, mas o momento ainda é mais crítico. Seminário recente na ESALQ discutiu a Lei 9.866 para criação de outras APRN's. Foi feita recomendação à ANA/DAEE para que seja feito um racionamento efetivo. O Sistema Cantareira precisa se tornar uma APRN. Precisa partir do CT-RN uma iniciativa para ser levada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 56.ª Reunião Ordinária – 09/04/2014 - 09 às 17 h

## **Foz do Brasil – Limeira SP**

em seguida ao Governador. O coordenador Luis Antônio Brasi (CT - Difusão) comentou que precisa haver a quebra da linha de divisão entre o rural e o urbano para que as ações realmente avancem num sentido de solução dos problemas hídricos atualmente verificados. A CT de Outorgas e Licenças, através do seu coordenador Sr. Sebastião Boschilla afirmou que precisa haver maior integração entre os Planos Municipais com o Plano de Bacias e de Saneamento, levando em consideração a situação do município dentro da microbacia. São importantes: a criação de limites para novos empreendimentos e de alternativas para abastecimento das cidades. No caso de Limeira citou-se a APA Municipal de Pinhal. Desfez-se a mesa de trabalho;

- 3. Seminários - "Regras do Jogo":** O coordenador Sr. Rinaldo fez algumas explicações sobre os seminários, enfatizando que devem ser apresentadas prioridades e disponibilidade de áreas para recuperação, além dos recursos financeiros disponíveis. Entende que deverá haver aprovação técnica e não priorização. Sérgio Razera contestou dizendo que precisa haver pontuação para que sejam elencadas áreas prioritárias. Comentou também que há dois projetos pilotos de Recuperação de Bacias sendo conduzidos pela Agência PCJ com contrapartidas dos produtores rurais. Disse também que deve haver o cadastro de áreas pela SMA através de demanda espontânea;
- 4. Apresentações:** A primeira apresentação feita foi do Programa de Bacias de Jaguariúna e do Portal Ambiental Municipal. A apresentação foi feita pela Rafaela Giusti Rossi (SMA do Município de Jaguariúna). São parceiros do projeto a TNC e a EMBRAPA Meio Ambiente (Projeto AGROHIDRO). Precisa haver conservação de recarga e não apenas reflorestamento. Dificuldade com o pagamento pelo serviços ambientais (PSA) em função da especulação imobiliária. Obrigatoriedade de participação de novos empreendimentos no projeto e de lei Municipal regulamentadora. Foi

avaliado como um excelente projeto. O segundo projeto apresentado pela Maria Carolina H. D. Simões do DAE de Jundiá (Projeto Rio Jundiá Mirim), que ainda está em sua fase inicial. O gerenciamento e o encabeçamento do projeto são feitos pelo DAE e a ênfase é a conservação de solos com a expectativa de rápido retorno das ações em preservação ambiental. A terceira apresentação foi feita pelo Sr. Paulo Henrique Pereira sobre o Projeto Conservador das Águas de Extrema, MG, área de Mata Atlântica acima de 1.200 m de altitude. Pontos relatados incluem a importância de uma legislação municipal mais rígida para a área de conservação ambiental. Afirmou que o sucesso do programa dependeu significativamente desta legislação. A prefeitura é quem faz as ações e não o produtor rural. O plantio de árvores é diferente da restauração, que obviamente tem implícita a qualidade, e por isso a intervenção da prefeitura. O produtor rural só abre as porteiras, pois entendem que a eficiência do projeto é muito maior (da muda até a floresta) com esta forma de trabalho. A meta é 100 hectares de áreas recuperadas por ano, e quando necessário a prefeitura adquirir / desapropria as áreas. O Sistema Municipal transforma em áreas de preservação permanente (APP), garantindo continuidade da ação. São várias instituições parceiras (ANA, PCJ, empresas privadas, ONG's, TNC, etc.) e os recursos disponíveis são ao redor de R\$ 1 milhão para aquisição de áreas, R\$ 0,7 milhões para PSA e R\$ 1,5 milhões para gerenciamento e execução. Concluiu dizendo que os custos são menores que o tratamento das águas para abastecimento e que podem ser feitos contratos parciais renováveis com os produtores, mas se a área for considerada prioritária e o produtor não quiser renovar, desapropria-se a área. Acredita que o PSA em áreas urbanas não funcione e que a legislação municipal é fundamental (aproximadamente R\$ 221,00/ha/ano). Acha que o mercado de carbono (MDL) não é

# Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 56.<sup>a</sup> Reunião Ordinária – 09/04/2014 - 09 às 17 h

**Foz do Brasil – Limeira SP**

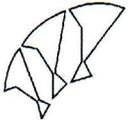
atualmente viável. A quarta apresentação foi feita pela Sra. Célia Maria Campos da Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste, com ênfase no represamento de águas (reservatórios) para a segurança hídrica do município. Houve discussão sobre os cuidados com o município de Monte Mor, já que o aumento dos loteamentos pode comprometer e ou contaminar a captação de água das represas de SBO. A quinta apresentação foi feita pelo José Carlos Perdigão (Associação de Proteção Ambiental Jaguatibaia - APA de Souza /Joaquim Egídio), inclusive os dados foram levantados na sua monografia. Apresentou o Plano de Manejo de Reservas Legais (RL) e da APA para que haja uma vazão ecológica mínima para o Rio Atibaia. A captação da SANASA acabou com a vazão do rio, mas as cidades abaixo continuaram a captação. O que permitiu isso foi a produção de água em centenas ou milhares de pequenas nascentes. Usou um mapa de alta resolução obtido junto a EMBRAPA Monitoramento por Satélite para mostrar as áreas prioritárias de APP's da APA. Comentou sobre a dificuldade de uso de TAC's e das implantações do CAR estadual e federal que não mais exigirá que sejam averbadas reservas legais. A sexta apresentação foi feita pela Agência PCJ. Maria Eugênia salientou que todas as ações precisam estar em acordo com o Plano de Bacias e da importância do pleno funcionamento das Câmaras Técnicas. A avaliação / atualização do Plano de Bacias está sendo realizado e é fundamental a participação das Câmaras Técnicas. O IPEF foi contratado para elaboração e estudos técnicos do TR Florestal. Na próxima reunião deveria apresentar a experiência em Paraguaçu Paulista, oeste do estado de São Paulo. Cláudia Grabher e Mário Pires fizeram a sétima apresentação, como tema a APRM Ribeirão Bom Jardim, parceria da ELO Ambiental, CT-RN e Agência PCJ. A oitava apresentação foi feita pelo Willy Bobbo sobre a bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí, onde a Agência PCJ está

executando o levantamento inicial através da contratação de empresa especializada. A motivação dos produtores rurais é fundamental, que continuamente são sensibilizados, mas infelizmente poucas ações efetivas acontecem. Falta continuidade. O Dr. Ivan fez um comentário sobre a importância de projetos de Arborização Urbana como o de Americana e que estas áreas poderiam significar elos como corredores entre pontos extremos. O GAEMA em parceria com a ESALQ tem projeto para 28 municípios que poderia se tornar um projeto para todo o PCJ. O Dr. Demóstenes (ESALQ) tem obtido recursos junto a FAPESP para estes projetos. O Dr. Rodrigo cobrou que todas as apresentações fossem disponibilizadas aos participantes para que pudessem avaliar melhor e na próxima reunião pudessem ser feitas conclusões gerais sobre a metodologia e ou critérios a serem adotados. A nona apresentação foi feita pelo Geraldo (Holambra - Suprema) para áreas urbanas e rurais (parceria Suprema / FEHIDRO e Agência PCJ). A energia despendida com um grande número de pessoas e ou produtores pode gerar decepção muito grande se ações efetivas não acontecerem. A atração de aves deve ser fator a ser considerado em função de qualidade do reflorestamento e aumento de biodiversidade de flora e fauna. Necessidade de maior envolvimento da população para que todos preservem e não apenas destruam. Falta de água em Holambra é crítico para produção de flores. A preocupação é até maior com as plantas ornamentais do que com a água de consumo. Água de reuso, captação de água de chuva, tanques reservatórios ou piscinões, irrigação por gotejamento e outras ações tem sido comuns no município. O projeto Corredor das Onças foi comentado (ação com a FUNDAG) e problemas com capivaras, febre maculosa e o carrapato estrela. Em Artur Nogueira há 1.000 hectares referentes a esse projeto;

5. **Comentários finais:** Coordenador de CT-ID, Luiz Brasi comentou novamente sobre a

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS  
Ata da 56.ª Reunião Ordinária – 09/04/2014 - 09 às 17 h

**Foz do Brasil – Limeira SP**

importância da atualização do Plano de Bacias e do fortalecimento da representatividade dos formuladores de políticas públicas, dentro e fora do PCJ e das suas câmaras técnicas. Há recursos parados na SANASA para saneamento rural. Precisamos produzir água! O Dr. Rodrigo (GAEMA Campinas) comentou sobre a importância do gerenciamento efetivo do projeto de Extrema durante os últimos sete anos como fator decisivo para o seu sucesso e que o pós-plantio é fundamental para o restabelecimento pleno das florestas. Cobrou mais profissionalismo nas nossas atividades enquanto comitê e câmaras técnicas e que o ajuste dos planos municipais ao Plano de Bacias é a verdadeira integração e gestão dos recursos hídricos nas bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. **Diversos:** A Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente distribuiu calendários e agendas aos presentes, bem como o GRUDE alguns CD's com imagens das expedições realizadas pela organização não governamental, incluindo "Piracicaba da Nascente a Foz", de 2008 e "Expedição Ambiental Rio Jaguari - 2007-2012".

6. **Encerramento.** Dado o fim do período de tempo agendado (16 h), a reunião foi encerrada pelo coordenador Sr. Rinaldo Calheiros com um agradecimento pelo empenho de todos.

**João José A. de A. Demarechi**  
Secretário da CT-RN

**Rinaldo de Oliveira Calheiros**  
Coordenador da CT-RN

**Cláudia Grabher**  
Coordenadora adjunta da CT-RN